

## O cemitério São João Batista como cidade: a presença da ausência

### *El cementerio São João Batista como ciudad: la presencia de la ausencia*

Poliana de Melo Nogueira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo é um recorte de minha dissertação de mestrado intitulada “Entre as Palavras e as Pedras: os Fatos de Memória e as Vivências Tecidas por Trabalhadores e Trabalhadoras do Cemitério São João Batista, em Rio Branco, Acre”, no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre. Nele teço considerações sobre o cemitério São João Batista e a cidade de Rio Branco, refletindo a partir de imagens e documentos sobre o significado do cemitério em questão para a constituição das narrativas que compõem certa ideia acerca da cidade. Com esse objetivo recorro aos textos de Walter Benjamin (1987) e Michel de Certeau (2014) para pensar as questões relativas ao tempo, à produção das imagens e às práticas cotidianas dos espaços. As conclusões apontam para a sobreposição de tempos e espaços em diálogo tenso com homens e mulheres que vivenciam e produzem as cidades de múltiplas formas.

**Palavras-chave:** Cidade; Cemitério São João Batista; Imagem; Palimpsesto.

**Resumén:** Este artículo es un extracto de mi tesis de maestría titulada "Entre palabras y piedras: los destinos de la memoria y las experiencias enseñadas por los trabajadores del cementerio São João Batista, en Rio Branco, Acre", en el Programa de Posgrado en Letras: Lenguaje e Identidad de la Universidad Federal de Acre. Consideré el cementerio São João Batista y la ciudad de Rio Branco, reflexionando a partir de imágenes y documentos sobre el sentido del cementerio en la búsqueda de la constitución de narrativas que componen ciertas ideas sobre la ciudad. Con este objetivo recurro a los textos de Walter Benjamin (1987) y Michel de Certeau (2014) para pensar cuestiones relacionadas con el tiempo, la producción de imágenes y las prácticas cotidianas dos espacios. Las conclusiones apuntan a la superposición de tiempos y espacios en un tenso diálogo con hombres y mujeres que experimentan y producen ciudades de múltiples maneras.

**Palabras-clave:** Ciudad; Cementerio de São João Batista; Imagen; Palimpsesto

---

<sup>1</sup> Possui graduação em História pela Universidade Federal do Acre (2017) e mestrado em Letras- Linguagem e Identidade pela mesma ifes. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade – UFAC. Email: polymelonogueira@gmail.com. Orcid: 0000-0003-4286-7203.

## Introdução

Este trabalho é parte de minha dissertação de mestrado intitulada “Entre as Palavras e as Pedras: os Fatos de Memória e as Vivências Tecidas por Trabalhadores e Trabalhadoras do Cemitério São João Batista, em Rio Branco, Acre”, defendida em dezembro de 2021, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre.

Neste recorte considero relações entre o cemitério São João Batista e a cidade de Rio Branco, refletindo a partir de imagens e documentos sobre o significado do espaço cemiterial para a constituição das narrativas que compõem certa ideia acerca da cidade, os medos decorrentes dessas concepções bem como a sobreposição de tempos/espacos enquanto meios para questionar a ideia de tempo linear e progressivo.

### 1. O cemitério como palimpsesto: imagens e tempos sobrepostos

Fotografia 1 - Isso não é um cemitério.



Fonte: fotografia feita pela autora.

A advertência contida no título escolhido<sup>2</sup> para a fotografia acima representa uma preocupação em não confundir os multifacetados espaços do cemitério São João Batista com

---

<sup>2</sup> O título foi inspirado em uma das obras da coleção “A Traição das Imagens (La Trahison des Images) de René Magritte intitulada “*Ceci n’est pas une pipe*”, que produz a representação de um cachimbo ao mesmo tempo diz

as capturas de luz e sombra das imagens que discutirei neste texto. Nenhuma delas pode ser tomada como substituto do cemitério, pois assim como as palavras são preenchidas com diversos significados, o São João Batista é espaço móvel constantemente refeito pelas pessoas que necessitam dos serviços ofertados nesse espaço e por seus trabalhadores.

Discuto aqui algumas imagens produzidas com luz e sombras capturadas pela câmera fotográfica, pela escrita e pela reflexão construída ao longo da pesquisa e escrita da dissertação. Dito de outro modo, diálogo com essas imagens pensando-as como elementos do processo inventivo dos espaços; como criação orientada pelo olhar, pelo posicionamento proposital da câmera para capturar esta ou aquela perspectiva; como escolha consciente do que resolvi retratar e do que igualmente decidi deixar de fora. Por isso intitulei a imagem com uma negação, e não como uma afirmação. No meu modo de entender, a referida negação está mais aberta à significação do que a afirmativa que restringe o sentido ao delimitar o que as coisas “são”. Porque se eu digo o que as coisas “são”, elas só podem ser aquilo o que a definição diz, e aquilo que não “é”, pode ser todo o resto.

O cemitério São João Batista não é apenas lugar de morte e para os mortos, ele é também fonte de sustento, lugar de sociabilidades, de troca de informações; local de “aparições” de espíritos, de produção de memórias, de sofrimentos compartilhados com aqueles que perderam entes queridos; de contato permanente com as angústias que dizem respeito à consciência da finitude e de luta pela sobrevivência. É espaço múltiplo e essa multiplicidade de significados não cabe no enquadramento fotográfico, capaz apenas de insinuar as sombras e a luz que um dia refletiram sobre as coisas em certa direção. Luzes que foram gravadas na memória eletrônica; transferidas por redes de dados a outros dispositivos até que pudessem ser reagrupadas como imagem nas páginas deste texto.

Imagem da imagem da imagem... Na fotografia não aparecem pessoas, elas são ausentes/presentes (CERTEAU, 2017) no sentido de que estão subentendidas nas formas capturadas e na própria ação de fotografar. Existiram pessoas que, embora não tenham sido capturadas na imagem, produziram e produzem o espaço fotografado. Eu mesma estou presente/ausente na foto quando direciono a câmera e clico sobre o botão para gravar a imagem selecionada.

---

que aquilo no quadro não é um cachimbo. Disponível em: <https://arteeartistas.com.br/a-traicao-das-imagens-de-rene-magritte/>, acesso em 15 de março de 2021.

Existem pessoas ali, “sugeridas” pelos muros, grades e pela placa de identificação; pelo pequeno prédio de secretaria, pelos veículos e pelo acesso enquadrados pela lente da câmera fotográfica. Só compreendi isso posteriormente à tomada da imagem, na conversa com trabalhadores do cemitério, nas discussões e leituras realizadas durante a pesquisa. No momento em que fazia a foto, reproduzia, sem querer, as visões de vazio das quais falava Walter Benjamin em sua “Pequena história da fotografia”:

Mas curiosamente quase todas essas imagens são vazias. Vazia a Ponte d’Arcueil nas fortificações, vazias as escadas faustosas, vazios os pátios, vazios os terraços dos cafés, vazia, como convém, a Place du Tertre. Esses lugares não são solitários, e sim privados de toda a atmosfera; nessas imagens, a cidade foi esvaziada, como uma casa que ainda não encontrou moradores. (BENJAMIN, 1987. p. 102).

De acordo com o autor, essas imagens esvaziadas devem-se num primeiro momento, às limitações técnicas da captura de imagens fotográficas. Como a técnica exigia longas exposições para que a imagem fosse retida, fotógrafos afastavam-se do movimento e fotografavam pessoas ou espaços onde a imagem não fosse, de algum modo, “perturbada” pelos ritmos da vida, daí um dos aspectos da relação íntima entre a arte fotográfica e a morte. Em minha leitura, essa característica de esvaziamento permaneceu apesar das inovações tecnológicas e das mudanças na técnica e na arte fotográfica.

Interessa para fins deste estudo, refletir sobre os modos através dos quais a forma primeira da tomada das imagens fotográficas terminou por impor certa normatização dos conteúdos, ou seja, o esvaziamento dos espaços e mesmo o esvaziamento dos corpos fotografados. Me interessa pensar como essas imagens subjetivadas do vazio continuam orientando o olhar ao ponto de criarmos imagens novas (sobre um cemitério por exemplo) utilizando tecnologias diferenciadas, mas, em muitos casos, essas fotografias continuam marcadas pelo esvaziamento, por um conjunto de expressões, poses e formas assentadas no imaginário e que definiriam uma relação com o belo.

Compreendo que esse não é o único modo de produzir imagens fotográficas e muitos fotógrafos amadores e profissionais rediscutem o papel da fotografia, inclusive destacando em suas imagens justamente o movimento, o que foi desqualificado como feio ou defeituoso, transformando essas imagens em caminhos diferenciados para enxergar o mundo, com o seu caótico movimento. No entanto, o que tento destacar é o atravessamento de uma perspectiva objetivista que apaga o movimento da vida ao apresentar a fotografia produzida como um dado

em si ou como substituto do mundo, como imagem em série produzida como exaltação da técnica<sup>3</sup> e não da vida que a captura da imagem poderia celebrar.

Influenciada pela abordagem benjaminiana, penso que a imagem produzida por mim dialoga com outras imagens subjetivadas do espaço cemiterial desvinculando-o da presença de seus produtores. Houve, no momento em que planejava a tomada da imagem, uma espera, para que o trânsito se acalmasse, para que a ausência de veículos e pessoas que passavam pela via não “atrapalhassem” a cena que queria captar. Como resultado captei a imagem de um cemitério vazio de gente. Fotografia onde o conteúdo se expressaria pela ausência do movimento, pela abertura à luminosidade que daria a ver o cemitério que ainda “não encontrou moradores”; um cemitério sem sentido.

À medida que fui interagindo com as práticas sociais ali elaboradas pelos(as) trabalhadores e trabalhadoras do cemitério; com os modos de ressignificação produzidos por eles e elas no São João Batista, pude revisitar a imagem capturada e identificar as presenças que, inconscientemente movida pela subjetivação das formas esvaziadas, tentei apagar da fotografia.

Ausentes/presentes tornaram-se reconhecíveis pela mudança de perspectiva, pela problematização do olhar com o objetivo de desnaturalizar aquilo que vejo. Esse exercício dialoga com meu objeto de estudo uma vez que, através das narrativas elaboradas pelos trabalhadores e trabalhadoras do São João Batista, pude acessar outras imagens, outros modos de fazer e vivenciar o espaço, ressignificando-o. Tenho consciência de que essas ressignificações não se dão ao acaso, elas são fruto da produção cotidiana da vida que exige dos sujeitos conformidade, criatividade e desobediência, atitudes e modos de fazer contraditórios, mas que são adotados, às vezes ao mesmo tempo, nas “artes do fazer” (CERTEAU, 2014), que fazem a vida acontecer na luta pela existência e pela sobrevivência.

Essas ressignificações espaciais pressionam outras espacialidades ou ordenamentos que fazem lembrar narrativas produzidas ao longo do século XX e ainda estão presentes na atualidade. Narrativas que tinham/têm por objetivo produzir certa imagem do que seria a cidade de Rio Branco. Essa cidade imaginada a partir de certa perspectiva de progresso exige trabalho

---

3 Em a Obra de arte na era da reprodutibilidade técnica, Walter Benjamin problematiza o desenvolvimento técnico enquanto agente do desaparecimento da obra de arte como expressão única, que encarnaria aquilo que ele denominou “aura”. Uma vez que essas obras poderiam ser reproduzidas ao infinito, elas passariam a circular e serem consumidas em padrões industriais afetando os modos pelos quais os sujeitos lidam com os objetos de arte e com as representações do belo. A esse respeito ver Benjamin (1987).

para materializar suas formas, mas não garante o acesso dos trabalhadores aos benefícios possivelmente alcançáveis nessa “cidade moderna”. Desse modo, os decretos de governantes que “inauguraram/reinauguram” essa cidade implicam certa lógica de controle marcada nos espaços físicos como reforço das narrativas do progresso e disciplina dos corpos de mulheres e homens.

Essas imagens ainda marcam as narrativas construídas para dizer do que seria a cidade de Rio Branco, como é possível observar no texto a seguir

Como já se viu, até 1908, a “Villa” Rio Branco, sede do Departamento do Alto Acre, ocupa apenas a margem direita do rio Acre. Uma área plana e favorável à abertura das primeiras ruas, entretanto, muito baixa e alagável na época das cheias do rio Acre. Além disso, por trás do alinhamento de casas do povoado a floresta foi gradativamente sendo substituída por uma área de pasto para abrigar o comércio de gado que muito importante para Rio Branco. As características topográficas, somadas a questões políticas relacionadas à luta autonomista, que vinha sendo travada no Território Federal, levaram ao questionamento da condição de capital do Departamento desfrutada por Rio Branco e deu origem a diversas tentativas de mudança da sede departamental. Em 1909, em meio a um conturbado contexto político, o Prefeito Departamental do Alto Acre, Cel. Gabino Besouro decide tomar uma parte das terras do Seringal Empreza, situado à margem esquerda do rio Acre e frontal à Villa Rio Branco. Aquela autoridade definiu um novo arruamento que começando na margem do rio segue até o limite da atual avenida Ceará. Nas terras altas da margem esquerda Gabino Besouro funda uma nova cidade, chamada Penápolis, em homenagem ao presidente Afonso Pena, que passa a se constituir na nova sede da Prefeitura Departamental do Alto Acre. Contudo, não havia como ignorar a Villa Rio Branco do outro lado do rio, com toda sua pujança comercial e social, e pouco tempo depois os dois lados da cidade se unificam. Penápolis passa a constituir apenas mais um novo “bairro” da “cidade” de Rio Branco, agora situada em ambas as margens do rio Acre. Desde então se estabelece, ainda que lentamente, uma infra-estrutura oficial em Penápolis que logo passa a se chamar 1º Distrito, por oposição ao lado velho da cidade, conhecido como 2º Distrito. Em outras palavras, uma cidade dividida entre o lado oficial e o lado comercial. (Disponível em: < <http://www.riobranco.ac.gov.br/nossa-rio-branco/>> acesso em 30/08/2021.)

O texto escrito como contribuição ao plano diretor de Rio Branco elaborado pela prefeitura municipal em 2006, faz relação entre as idealizações de uma certa cidade no início do século XX e as novas imaginações para essa Rio Branco do século XXI. Em ambos os casos, a presença incômoda de espaços não planejados, construídos em áreas alagáveis poderiam, de acordo com o texto, afetar a legitimidade reivindicada para Rio Branco como capital.

A respeito das referências feitas a Rio Branco ora mencionada como vila, ora dividida entre “duas cidades”, destaque do texto citado a vontade de narrar a “origem” dessa cidade, com

seus marcos definidores, suas problemáticas terras baixas e alagáveis e, do outro lado, o idealizado espaço oficial cujas margens seriam demarcadas pela atual Avenida Ceará. Em minha leitura, no plano diretor de 2006 esses ideais estavam sendo retomados numa perspectiva linear do tempo onde, partindo-se das “origens”, se justificariam o estabelecimento de novos limites para essa cidade narrada e, ao mesmo tempo, as novas zonas abertas para a intervenção técnica do poder público.

A escolha do local para a implantação do cemitério São João Batista, mantém relação com os ideais de desenvolvimento propostos para a sede administrativa do Alto Acre em 1909. Na cidade-conceito imaginada por Gabino Besouro (também por outros engenheiros, médicos, historiadores ao longo do tempo) um de seus limites ficava para além da margem direita do rio, onde, segundo essa narrativa, misturavam-se o comércio, moradias de uma elite econômica e seus correspondentes espaços de convivência e visitação concorrendo com a “promiscuidade”, a “prostituição”, a “violência” e a “vadiagem” repetidamente associadas aos modos de vida das pessoas comuns. Na margem esquerda, a cidade do trabalho, da “sobriedade” e da “moralidade” que deveria ser inscrita nas formas do arruamento, na própria topografia (mais elevada e não suscetível aos alagamentos) com seu limite demarcado pelo espaço dedicado aos mortos, o cemitério São João Batista.

É importante pontuar que essa cidade que estava sendo narrada necessitava das zonas marginais para que uma narrativa satisfatória sobre ela mesma (identidade) fosse construída, ou seja, era (e é) necessário demarcar as margens para que o desenho fosse (seja) inteligível dentro das lógicas do progresso. Como em outro desenho seria necessário criar os contornos, marcar os limites para que ele adquira forma. No caso dessa Rio Branco que estava sendo projetada (imaginada, desenhada), uma margem ficava à direita do rio e a outra no local de implantação do Cemitério.

Os estudos de Albuquerque indicam a divisão entre espaços narrados como “higiênicos”, “ordeiros”, “civilizados” contra os locais da “desordem”, da “violência” e da “morte”, manifestando-se em diversas obras literárias e historiográficas que constroem ao longo do século XX uma ideia do que seria Rio Branco. Reforçando e atualizando o ideário de separação de uma “natureza” a ser contida ou dominada por uma “cultura” que, ocupando uma posição de superioridade, exerceria o “direito” de agir contra os “espaços de desordem”.

De modo semelhante ao que pontuei a partir de Benjamin sobre a reprodutibilidade técnica, as imagens da cidade-conceito povoam o olhar impregnando-o com os ideais de

separação, de hierarquização tanto dos sujeitos quanto dos espaços. Essas imagens projetam (pelo trabalho e pela intervenção técnica) os espaços tomando como medida as formas previamente definidas que são reproduzidas e reforçadas pelas literaturas, pedras e construções que narram esses espaços, dificultando que enxerguemos além do que é repetido pela narrativa oficial.

Rio Branco como uma cidade projetada, “inaugurada” e “reinaugurada” pelas perspectivas de técnicos e políticos entre os séculos XX e estas primeiras décadas do século XXI, nega a produção cotidiana dos espaços, esvaziando de gente a significação de tempos diferenciados, que têm sido soterrados por camadas e camadas de modernizações. No entanto, as sobreposições marcadas na terra e nos fazeres reivindicam um lugar na história. E esse lugar ameaça de desmoronamento a narrativa oficial justamente por questionar as perspectivas de desenvolvimento que tomam como modelo a ideia de que existiria apenas um modo de significar o tempo e o espaço.

Penso que essa imagem hierarquizada dos espaços é parte do mesmo processo de elaboração escriturística (CERTEAU, 2014) do que seria essa cidade. Inventam-se a cidade à medida que se inventam as chamadas zonas rurais, as ditas periferias, inferiorizadas pelo discurso para que elas sirvam de marcação dos limites da cidade que os discursos e intervenções prometem entregar como solução de problemas. Inferiorizadas, essas zonas-limite relacionam-se com a morte no sentido que são narradas pela ótica do afastamento, da desordem, da inferioridade, da degradação e/ou da ameaça como podemos depreender, por exemplo, a partir da citação mencionada há pouco.

No texto retomado pelo Plano diretor de 2006, a área plana, antes vantajosa para os primeiros arruamentos, torna-se problema para a implementação de uma “cidade oficial” e, por outro lado, torna-se também parte da justificativa para a criação de Penápolis. Neste caso foi preciso “matar” (ou tentar matar) pelo discurso a cidade antiga para que se pudesse edificar (também pelo discurso) a “nova cidade”. Desse modo, na narração oficiosa da cidade-conceito de Rio Branco, a morte é constantemente instrumentalizada na luta de uma “cidade velha” contra uma “cidade nova” que se quer inaugurar.

O São João Batista (sua oficialização e localização) está relacionado a essas cidades em disputa, onde as reinaugurações tentam se impor como conceito e ordenamento inscritos na narrativa linear do tempo, pelo soterramento de múltiplas vivências, espacialidades e temporalidades produzidas pela vida de mulheres e homens ordinários. A cidade-conceito

precisa se “atualizar” sempre que esses Outros, os múltiplos sujeitos ordinários, com seus espaços cotidianamente reorganizados na luta pela existência, contestem a prática escriturística. Essa necessidade de atualização é perspectiva já apontada nos planos e projetos inaugurais da cidades-conceito de Rio Branco e dos cemitérios imaginados a partir dessa lógica. Na lei municipal 1.809 de Rio Branco promulgada em 2010, essas questões aparecem nos seguintes termos:

**Art. 112.** Não será tolerada a existência de cemitérios clandestinos e irregulares, ficando o Poder Público autorizado a adotar todas as medidas administrativas e/ou judiciais para o seu fechamento.

**Art. 113.** Nos terrenos nos quais estão instalados os cemitérios municipais não poderá servir a outras finalidades, salvo nas seguintes hipóteses:

I - quando atingido grau de saturação, que torne difícil a inserção e armazenamento de corpos ou a decomposição dos cadáveres; ou,

II - quando a área em que instalado o cemitério, em virtude do crescimento urbano, se torne inadequada, em razão de sua localização (RIO BRANCO, 2010).

Além de reforçar a exigência do monopólio sobre a autorização, manutenção e desativação dos cemitérios, o poder público municipal prevê nos artigos da lei a inalienabilidade dos terrenos cemiteriais. A menos que a proximidade e os ajuntamentos dos corpos ali sepultados “ameace” o ordenamento dos vivos na cidade-conceito. A pressão imobiliária exercida sobre as áreas que podem se tornar “impróprias” representa, nos artigos da lei municipal, importante fator para a previsão de desapropriação do cemitério.

No caso do São João Batista, atualmente incorporado ao centro imaginado (administrativo e comercial) de Rio Branco, essa pressão imobiliária se torna visível em relação à II hipótese prevista na lei municipal. Além disso, internamente o cemitério São João Batista parece se enquadrar nos termos da hipótese I da referida lei, uma vez que, devido a superlotação não se pode mais adquirir lotes para sepultamentos no cemitério, restando aos proprietários o direito de transferir, vender ou deixar como herança os lotes previamente adquiridos.

O cemitério como imagem de certa cidade está sob pressão, o que se mira é novamente o fim dos ajuntamentos (de vivos e mortos). De volta à pauta de expulsar a morte da cidade projetam-se outras periferias para redefinir os contornos do desenho dessa cidade-conceito.

Fotografia 2 - Vista aérea do São João Batista



Fonte: fotografia feita pela autora.

O cemitério São João Batista como “limite” da cidade-conceito de Rio Branco está se tornando, no interior dessa mesma narrativa, um empecilho ao “progresso” e ao “desenvolvimento” da cidade. O que não significa que a lógica prevista de desativação do espaço cemiterial se imponha sem contestação e sem a burla ao ordenamento, pois no São João Batista, as necessidades de sobrevivência caminham juntas com a reivindicação e tomada dos espaços de convívio e os mortos seguem encontrando sepultura na povoada necrópole. Porque os vivos lutam pelo lugar nessa cidade-conceito que requer o seu trabalho, mas quer dispensar suas presenças e suas palavras.

Desde o início do século XX, as promessas de modernização de uma certa Rio Branco estão atravessadas pela lógica de uma suposta superioridade dos “novos tempos” e “novos sujeitos” que seriam produzidos nos próprios processos de modernização. Como contraponto do discurso, os “velhos tempos” e “velhos sujeitos” deveriam desaparecer soterrados pelas intervenções técnicas, pelas pedras das “novas cidades” erguidas com a força de seus braços, mas também construída sobre seus corpos.

Se considerarmos que o São João Batista foi tomado como “limite” da narração da Rio Branco durante grande parte do século XX, semelhantemente ao que, de acordo com Foucault,

ocorreu com os cemitérios europeus<sup>4</sup> desde o início do século XIX, o São João Batista também deixaria a marca na topografia como expressão de uma cultura cemiterial. Em minha compreensão essa cultura cemiterial contemporânea marca sua prática escriturária escrevendo com corpos e túmulos os limites de seu próprio desenho.

Atualmente a imagem de um cemitério cercado por prédios, ruas e construções que o “vigiam” e “acusam” de ocupar um espaço no centro da cidade, constrange a auto-imagem de modernidade narrada de Rio Branco<sup>5</sup>. Em conversa com moradores das proximidades, soube que a construção do muro da lateral direita do cemitério é relativamente recente (cerca de 20 anos). De acordo com eles(as), até pouco tempo era possível transitar livremente por aquele espaço, sem limites físicos que separassem locais de moradia, convívio e trânsito daqueles reservados à necrópole. Ainda de acordo com esses(as) moradores(as), era comum que utilizassem do cemitério como atalho na ida e vinda do trabalho diário, o que não quer dizer que não houvesse limites simbólicos e identificáveis por esses sujeitos. As práticas cotidianas elaboradas na relação com o espaço produzem essas identificações, embora para esses sujeitos o trânsito pelo espaço cemiterial fosse muito mais familiar e/ou corriqueiro.

Os relatos parecem estar de acordo com a observação do muro que circunscreve o cemitério. Nos muros frontal, lateral esquerdo e traseiro é possível ver faixas construídas com tijolos mais espessos e antigos sobre as quais foram acrescentadas outras faixas de tijolos mais finos e aparentemente mais recentes dando maior altura aos muros. Na lateral direita os tijolos são todos em estilo mais recente, dando indício de que a construção se deu em um só bloco de trabalho<sup>6</sup>.

Essas observações são importantes na compreensão das relações entre sujeitos sociais e o cemitério, e de como a narrativa de modernização da cidade caminha junto com os processos de fechamento e especialização dos espaços. A retomada das críticas às aglomerações e desorganização do espaço cemiterial caminha lado a lado com as propostas de novas intervenções técnicas sobre o espaço da cidade. Fecha-se o muro para evitar a mistura entre

---

4 Em Nascimento da Medicina Social, Foucault analisa a documentação referente ao “Cemitério dos Inocentes”, que, no século XVIII recebia os corpos de parisienses e destaca uma associação entre a sobreposição dos cadáveres, a multidão dos miseráveis, o perigo dos contágios e das rebeliões. A esse respeito ver Foucault, 2004.

5 A partir da leitura da lei municipal 1.809/2010 o São João Batista pode ser enquadrado como um espaço “esteticamente desaconselhado”. Além disso, a superlotação encaminha para a abertura de outro cemitério público e para a lenta desativação do São João Batista.

6 Em visita recente ao espaço (08/05/2021) pude observar a reconstrução dessa parte do muro que havia desabado após a queda de uma árvore.

vivos e mortos, os trânsitos fora de controle e a manutenção do cemitério como caminho, atalho ou lugar de convívio. Note-se o conteúdo moralizador dessas construções. O muro não é uma obra inocente, ele marca uma vontade de separação dos corpos, da vida e da morte; uma tentativa de imposição de uma relação onde os vivos busquem se separar dos vivos, espelhando a separação apresentada como necessária em relação aos mortos.

Nesse sentido é possível identificar o conteúdo moralizador presente na lei municipal 1.809/2010:

Art. 59. Os cemitérios municipais, públicos e particulares, serão inteiramente cercados com muro de, no mínimo, 2 (dois) metros de altura, e no seu interior, além de reservados espaços para os sepultamentos e para a instalação do seu conjunto de dependências, serão destinadas áreas para ruas e avenidas arborizadas.

§ 1º As ruas internas deverão ter a largura mínima de 2 (dois) metros e as avenidas, de, no mínimo, 3 (três) metros.

§ 2º As avenidas, ruas, alamedas e estacionamento do cemitério deverão ser gramados, calçados ou asfaltados.

§ 3º O cercamento previsto no caput poderá ser de tela, arame ou cerca de madeira, quando o cemitério localizar-se na zona rural do município, ou que por sua localização afastada do centro urbano não acarretará incômodo à vizinhança (RIO BRANCO, 2010).

As exigências impostas a futuros e atuais cemitérios pelo poder público municipal repete na necrópole o ordenamento proposto para a cidade dos vivos. Neste sentido, o cemitério como “limite” da cidade está registrado no documento pela regulamentação da altura dos muros; pela especificação de outros tipos de cercamento, bem como pelo fundamental distanciamento dos “centros urbanos” para que se diminuam possíveis “incômodos” que a proximidade com o espaço dedicado aos mortos possa causar. Desse modo, o cemitério constitui importante material com o qual, o poder público implementa a prática escriturária (CERTEAU, 2014) ou as invenções da cidade-conceito.

Estabelecendo as marcações que anunciam a separação em relação ao conjunto dos espaços da cidade narrada, os muros funcionam como simbologia da morte banida, mas também da vontade de separação dos corpos proposta para o mundo dos vivos. De modo semelhante, a disposição das ruas e avenidas do espaço cemiterial preservam essa vontade de separação entre os “dois mundos”. Na cidade dos mortos idealizada, nada mais de tolerância em relação aos ajuntamentos ou às dificuldades no trânsito, mas o São João Batista não possui todas as características exigidas nos artigos do documento, o que implica a construção de uma imagem

do cemitério como “impróprio”<sup>7</sup>, como seriam “impróprios” os outros ajuntamentos relacionados aos “indesejáveis” da cidade-conceito.

Os reordenamentos municipais também orientam a distribuição do espaço interno do cemitério. São nesses espaços que se fazem sentir, sem as desculpas elaboradas para a justificação da retirada dos pobres das áreas “centrais” das cidades narradas, a redefinição dos limites entre o “moderno” e o “atrasado”. Ali os medos urbanos repousam literalmente sobre a morte.

Como os muros que receberam outras camadas de tijolos e cal para atenderem às especificações municipais, camadas sobre camadas de corpos foram e são depositadas no cemitério. Em muitos casos, a organização dos túmulos, suas formas e materiais de construção, reproduzem o ordenamento social do mundo dos vivos; as mesmas exclusões, o direito ou não à representatividade, à memória e à localização precisa dos sepultados, enquanto que outros corpos, tratados como indesejáveis, não recebem essa consideração. Esses Outros, os mortos cujos túmulos “invadem” os espaços reservados aos arruamentos e a circulação, “incomodam” a organização do cemitério e da cidade-conceito, exigindo a reparação da memória e do direito desrespeitado. No palimpsesto<sup>8</sup> cemiterial é possível identificar essas marcas. Alguns desses rostos ainda são visíveis.

Fotografia 3 - Palimpsesto



7 A este respeito ver relatório da SEMSUR, 2003.

8 De acordo com o dicionário online Michaelis, palimpsesto é uma técnica utilizada na antiguidade para reaproveitar pergaminhos ou papiro. A técnica consiste em raspar o texto original e gravar sobre a superfície uma nova escrita. Esse conceito está sendo aplicado em consonância com Certeau (2017) e Albuquerque (2019) quando pensam respectivamente as questões da prática escriturária e da dimensão autofágica da cidade.

Fonte: fotografia feita pela autora.

Uma série de materiais, escrituras e rostos empilhados sobre a cisterna do cemitério São João Batista aparecem na imagem que um dia pôde ser captada pela câmera. Essa mesma imagem seria desfeita pouco tempo depois pela própria operacionalização do trabalho no cemitério. O metal pode ser reaproveitado para novos dizeres, outras funções. As fotografias não recolhidas por parentes e/ou amigos viram lixo a ser descartado sem solenidade ou oração no silêncio violento de outros cemitérios destinados a acolhida dos itens inservíveis.

Como informou uma comerciante que trabalha no ramo da produção de placas de identificação, epitáfios e outros tipos de homenagens, algumas placas seriam substituídas a pedido de familiares por outras atualizadas, feitas com materiais como vidro ou acrílico sobre os quais se podem imprimir cores, evitar a ferrugem e marcar o cuidado que os contratantes têm com os seus mortos. Outras imagens seriam retiradas simplesmente porque o defunto ali sepultado não possui mais relação com as gerações atuais. São rostos completamente desconhecidos para os vivos de agora.

Compreendo que esses “rostos sem sentido”, essas datas e dizeres que um dia expressaram sentimentos verdadeiros para quem os vivenciou, não repercutem mais nos corpos dos atuais proprietários dos túmulos, que preferem substituí-los por dizeres e rostos familiares; por datas e circunstâncias de falecimento recuperáveis pela memória e pela narração. Por isso removem as antigas placas, raspam dizeres oferecidos a pessoas cujas histórias perderam-se no tempo pela sobreposição de múltiplas camadas de cal<sup>9</sup>, de pedras, de novas construções; de novos mortos levados à sepultura, uns para que sejam lembrados, outros para que sejam esquecidos.

Essa lógica está presente nos processos de reordenamento da cidade-conceito que despercebe as múltiplas territorialidades e prima pelo apagamento das diferenças, espezinhando outros tempos, espaços e sujeitos, sobretudo a geografia dos afetos que vai sendo tecida entre esses sujeitos e os espaços praticados por eles e elas. Na contramão desses discursos e ordenamentos sujeitos e sujeitas reorganizam os espaços a partir de outras lógicas e funcionalidades, atribuem aos caminhos e covas outros significados.

---

9 Anualmente o poder público municipal refaz a pintura dos muros e de alguns túmulos do cemitério com cal. Nesses túmulos a espessura da cal recobre informações, símbolos e formas, dificultando a identificação.

A fotografia que surpreendeu o soterramento cotidiano de rostos, histórias e memórias no São João Batista, pode ser lida como expressão da prática escriturária ou como dimensão visível (naquele momento) de múltiplos apagamentos que ocorrem nos trâmites corriqueiros do cemitério ou da cidade palimpsesto. Os metais a serem reutilizados, ainda com as datas, nomes e dizeres gravados, anunciam para os vivos de agora a ameaça do apagamento futuro. Como remédio, a atualização dos nomes, dos dizeres, dos materiais e a esperança de que as recorrentes atualizações impeçam que os vivos de agora sejam também esquecidos quando seus corpos descerem à sepultura.

No diálogo entre a morte dos outros e a morte de si, conforme Ariès (2012), os sujeitos tentam cercar-se de rostos familiares preparando-se para seu próprio fim. No entanto, em um contexto de aceleração dos ritmos de produção, diminuição dos laços de empatia e desvalorização da memória, creio que o ritmo de apagamento de vidas e trajetórias tende a crescer, já que estamos imersos em um contexto que exige de nós atualização permanente. Essa exigência tem reflexos profundos no modo como lidamos com a memória. Se for este o caso, então as possibilidades de sobrevivência na memória e nas palavras alheias para os homens e mulheres ordinários tende a ser diminuída.

Sabendo disso, a angústia dos sujeitos frente à morte banida dos discursos, expulsa para os territórios especializados como os hospitais e os cemitérios, conforme analisou Michel de Certeau, se apresenta com as cores mais sinistras. Na lida com a consciência da finitude e na tentativa de adiar o esquecimento, apagam-se os registros dos mortos de outros tempos, para marcar nas lápides os rostos de entes queridos que, aguardariam no tempo dos mortos a companhia dos vivos de agora.

Esse é um modo de interpretar a relação entre a morte dos outros e a morte de si.

### **Considerações finais**

No palimpsesto cemiterial a morte não é, e talvez nunca tenha sido, sinônimo de passividade. Constantemente reinterpretada pelo mundo dos vivos, a morte move-se no tempo e no espaço, assume e comunica coisas diferentes a depender do modo como pensamos a respeito dela na mediação com a vida cotidiana. Tomemos o exemplo das covas (dos túmulos, das placas, epitáfios e fotografias) soterrados por outros sepultamentos, a terra que uma vez esteve por baixo, volta à superfície, para servir de cobertura aos corpos mais recentes. A calçada

recém-construída cede, deixando entrever um túmulo oculto pela busca do conforto ou do tráfego dos visitantes e os cadáveres inidentificáveis lançados à terra podem “clamar por justiça” aos que pisam sobre eles nos dias de hoje.

Das pedras da cidade-conceito ou do palimpsesto cemiterial emergem as vozes dos soterrados pelas marchas do progresso. A cidade como túmulo, é lugar de esquecimento e memória. Cabe aos vivos do presente vingar as dores dos vivos de outros tempos para que no futuro os mortos possam estar em paz como ensina Walter Benjamin.

## Referências

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. Nas margens do Aquiry: leituras e traduções sobre a cidade de Rio Branco – Acre. In: ALBUQUERQUE, G. R.; NENEVÉ, Miguel; SAMPAIO, Sônia Maria Gomes. (Org.). **Literaturas e Amazônias: colonização e descolonização** Rio Branco: Nepan Editora, 2015, pp. 225-284.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias**. Tradução Priscila Viana de Siqueira. - [Ed. especial]. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ARIÈS, Philippe. **O Homem diante da morte**. Tradução de Luiza Ribeiro. Rio de Janeiro: F. Alves, 1989.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**. Obras escolhidas, vol.1, 3. ed. Brasiliense: São Paulo, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Trad. de Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica Arno Vogel. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: artes do fazer**. 22 ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

**LEI Nº 1.809 DE 30/06/2010**. Rio Branco – Acre. Disponível em: <<https://www.riobranco.ac.leg.br/leis/legislacao-municipal/2010/1809.pdf>>. Acesso em: 05/02/2020.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”**: invenção e reinvenção da identidade acreana / Maria de Jesus Moraes. Orientador Prof. Dr. Rogério Haesbaert da Costa. 2008. 301 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia). Setor de Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

MOURA, Júlia Lobato Pinto de. **Palavras mágicas e mitos modernos: o desenvolvimento no Acre da “frente popular”**. Orientador: Professor Dr. Gerson Rodrigues de Albuquerque.

153 f. Dissertação de mestrado (Pós-Graduação em Letras: Linguagem e Identidade) Centro de Educação, Letras e Artes, Universidade Federal do Acre, Acre, 2016.

NOGUEIRA, Mara Genecy Centeno. **Entre categas e mundiças**: territórios e territorialidades da morte na cidade de Porto Velho. Orientador: Sylvio Fausto Gil Filho. 2015. 231 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Geografia) - Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.